



RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o que está preceituado no pacto social e cumprindo o estipulado nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vem o Conselho de Administração da Sociedade CBK MADEIRA CORRETORES DE SEGUROS, SA, apresentar relatório de gestão a as contas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2018, para apreciação e respectiva aprovação.

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Pedro Moreira da Cruz Quintas

Secretária: Luisa Cristina Sales Rodrigues

Conselho de Administração

Exerce a administração da Sociedade subordinando-se às deliberações dos accionistas e atendendo às observações do Conselho Fiscal, podendo ser composto por três, cinco ou sete membros, eleitos em Assembleia Geral. O Conselho de Administração é composto por:

Presidente: João Welsh

Vogais: António Miguel Dinis de Santa Clara Gomes e Maria José Guerreiro Fortes de Sousa

Fiscal Único

A fiscalização da Sociedade é exercida por um Fiscal Único

Ribeiro da Cunha e Associados, SROC

Representada por:

José Maria Ribeiro da Cunha – Roc nº 497



A CBK MADEIRA, SA EM 2018

A empresa no exercício de 2018 manteve o volume de prémios praticamente inalterado face ao ano transacto, tendo registado um total de 5.002.521,79 €.

A nível comercial CBK Madeira seguiu o seu plano estratégico.

O NÚMERO E O VALOR DE ACÇÕES PRÓPRIAS ADQUIRIDAS, ALIENADAS OU DETIDAS

A sociedade não é titular de quaisquer acções próprias.

NEGÓCIOS AURORIZADOS ENTRE ÓRGÃOS SOCIAIS E A SOCIEDADE

Não houve quaisquer negócios entre a sociedade e os seus órgãos sociais.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O **sector segurador** vive um período de grandes mudanças, pelo que tudo indica **que o ano de 2019** será alvo de alterações estruturais nomeadamente:

- Entrada em vigor da nova Directa da Distribuição que vem reforçar requisitos e regras de exercício da actividade;
- Concentração de operadores, quer na indústria seguradora como na mediação;
- Um novo regime de gestão que comporta maiores exigências às seguradoras do ponto de vista financeiro e de adaptação das estruturas de governação;
- Maior rigor das áreas técnicas na avaliação dos riscos propostos, que passarão a ser valorizados de forma mais realista, passando inclusive a ser incorporados na gestão do negócio de forma mais ampla e eficiente;

DIVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram, até à data, eventos com impacto relevante nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2018.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos senhores accionistas que o Resultado Líquido do Exercício 2018 no valor de 36.321,55 € tenha a seguinte aplicação:

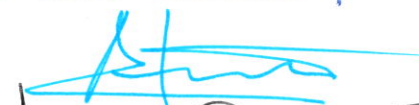
Dividendos	36 321,55 €
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	36 321,55 €

Valores em euros

SUCURSAIS DA SOCIEDADE

A sociedade não tem sucursais.

Funchal, 26 de Abril de 2019



João José Clemente Fereira de Sousa

A Administração

H. J. J. J.
H. J. J. J.

CBK MADEIRA – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


31 de Dezembro de 2018

BALANÇO**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Montantes expressos em EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	5 053,90	5 851,71
Ativos intangíveis	5	-	-
Goodwill	6	465 730,13	521 152,28
Investimentos financeiros	7	91 272,16	120 611,85
		562 056,19	647 615,84
Ativo corrente			
Clientes	8	594 439,36	531 473,49
Estado e outros entes públicos	9	23 029,57	-
Outros créditos a receber	10	424 731,87	456 920,15
Diferimentos	11	5 839,18	7 990,84
Caixa e depósitos bancários	12	133 127,67	425 920,91
		1 181 167,65	1 422 305,39
Total do ativo		1 743 223,84	2 069 921,23
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	100 000,00	100 000,00
Reservas legais	13	29 281,87	29 275,34
Outras reservas	13	76 266,89	76 266,89
		205 548,76	205 542,23
Resultado líquido do período	13	36 321,55	173 926,53
Total do capital próprio		241 870,31	379 468,76
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	533 676,46	432 344,80
		533 676,46	432 344,80
Passivo corrente			
Fornecedores	14	610 105,63	534 633,38
Estado e outros entes públicos	9	17 300,15	45 314,04
Financiamentos obtidos	15	126 567,41	62 518,40
Outros passivos correntes	16	213 703,88	615 641,85
		967 677,07	1 258 107,67
Total do passivo		1 501 353,53	1 690 452,47
Total do capital próprio e do passivo		1 743 223,84	2 069 921,23

Funchal, 24 de Abril de 2019


 João José Guimaraes Fortes de Sousa
 (A Administração)


 Helena Dias
 Contabilista Certificado


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	17	675 289,35	686 658,05
Subsídios à exploração	18	-	5 640,63
Fornecimentos e serviços externos	19	(209 659,58)	(175 020,90)
Gastos com o pessoal	20	(300 916,01)	(287 606,21)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21	(14 017,10)	(22,00)
Outros rendimentos	22	65 684,88	77 570,70
Outros gastos	23	(85 761,50)	(20 709,09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		130 620,04	286 511,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(60 065,22)	(47 845,42)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		70 554,82	238 665,76
Juros e rendimentos similares obtidos	25	132,88	319,20
Juros e gastos similares suportados	25	(17 637,16)	(14 009,55)
Resultado antes de impostos		53 050,54	224 975,41
Imposto sobre o rendimento do período	26	(16 728,99)	(51 048,88)
Resultado líquido do período		36 321,55	173 926,53

Funchal, 24 de Abril de 2019


 João José Camarero Fortes de Jesus
 A Administração


 Helena Dias
 Contabilista Certificado

ANEXO

01 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A CBK Madeira – Corretores de Seguros, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 30 de Janeiro de 1991, com o número de matrícula no registo comercial 511 039 379, com sede na Rua da Sé, nº 40, Funchal, e tem como atividade principal Mediação de Seguros.

O capital social no valor de 100.000,00 euros encontra-se realizado na totalidade e é representado em 75% pela empresa CBK Holding SGPS, S.A. e 25% pela empresa VB SGPS S.A.

02 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

02.01 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho, tendo sido adotadas a Norma Contabilista e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades (NCRF-PE).

02.02 As contas das demonstrações financeiras são comparáveis na sua plenitude com as do período anterior

03 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

03.01 Principais políticas contabilísticas

03.01.01. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

Os **ativos fixos tangíveis** encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e imparidades, acrescidos de eventuais reavaliações.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Equipamento básico	5 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 a 8 anos

Os **ativos intangíveis** encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

Programas de Computador	3 anos
-------------------------	--------

Os **investimentos financeiros** (partes de capital em outras empresas) encontram-se valorizados ao custo de aquisição, corrigidos pelo MEP (método de equivalência patrimonial).

03.01.02. Outras políticas contabilísticas relevantes

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro. As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-PE. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a empresa intenção de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultam em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, comissões, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 1 de janeiro do ano seguinte, sendo somente pago durante esse período, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

03.01.03. Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

03.01.04. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

03.02 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial das NCRF-PE.

03.03 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

03.04 Correções de erros de períodos anteriores

Não se verificaram erros materiais em períodos anteriores.

03.05 Adoção pela primeira vez da NCRF-PE

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial das NCRF-PE

04 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31-12-2018 e em 31-12-2017, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Ativo bruto					Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 01-01-2017	Aumentos e revalorizações	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	
Equipamento básico	21 145,60	-	21 145,60	287,27	(4 721,68)	16 711,19
Equipamento de transporte	46 000,00	-	46 000,00	-	-	46 000,00
Equipamento administrativo	147 356,74	-	147 356,74	750,30	(83 696,10)	64 410,94
Outros ativos fixos tangíveis	17 158,50	455,06	17 613,56	2 924,97	(381,91)	20 156,62
	231 660,84	455,06	232 115,90	3 962,54	(88 799,69)	147 278,75

	Depreciações acumuladas					Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 01-01-2017	Aumentos	Saldo em 31-12-2017	Aumentos	Abates e alienações	
Equipamento básico	20 281,72	135,44	20 417,16	135,44	(4 604,40)	15 948,20
Equipamento de transporte	35 458,33	10 541,67	46 000,00	-	-	46 000,00
Equipamento administrativo	144 867,67	1 182,84	146 050,51	1 370,16	(83 754,74)	63 665,93
Outros ativos fixos tangíveis	11 385,10	2 411,42	13 796,52	3 196,11	(381,91)	16 610,72
	211 992,82	14 271,37	226 264,19	4 701,71	(88 741,05)	142 224,85

	Ativos tangíveis					
	Variações			Variações		
	Saldo em 01-01-2017	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Saldo em 31-12-2017	Ativo bruto	Depreciações acumuladas
Equipamento básico	863,88	-	(135,44)	728,44	(4 434,41)	4 468,96
Equipamento de transporte	10 541,67	-	(10 541,67)	-	-	-
Equipamento administrativo	2 489,07	-	(1 182,84)	1 306,23	(82 945,80)	82 384,58
Outros ativos fixos tangíveis	5 773,40	455,06	(2 411,42)	3 817,04	2 543,06	(2 814,20)
	19 668,02	455,06	(14 271,37)	5 851,71	(84 837,15)	84 039,34
						15 053,90

05 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31-12-2018 e em 31-12-2017 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Ativo bruto				
	Saldo em 01-01-2017	Aumentos e revalorizações	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e revalorizações	Saldo em 31-12-2018
Programas de Computadores	13 561,77	-	13 561,77	-	13 561,77
	13 561,77	-	13 561,77	-	13 561,77

	Amortizações acumuladas				
	Saldo em 01-01-2017	Aumentos	Saldo em 31-12-2017	Aumentos	Saldo em 31-12-2018
Programas de Computadores	13 561,77	-	13 561,77	-	13 561,77
	13 561,77	-	13 561,77	-	13 561,77

06 GOODWILL

Durante o período findo em 31-12-2018 os movimentos ocorridos na quantia escriturada do Goodwill, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Goodwill	Amortização acumulada	Valor líquido
CBK Açores Corret. Seguros, Lda	554 221,53	(88 491,40)	465 730,13
	554 221,53	(88 491,40)	465 730,13

Durante o período findo em 31-12-2017 os movimentos ocorridos na quantia escriturada do Goodwill, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Goodwill	Amortização acumulada	Valor líquido
CBK Açores Corret. Seguros, Lda	554 221,53	(33 069,25)	521 152,28
	554 221,53	(33 069,25)	521 152,28

No exercício de 2017, a CBK Madeira adquiriu a participação acima referida na CBK Açores.

Estas aquisições geraram um Goodwill que será amortizado por 10 anos, conforme disposto na nota 24.

07 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Apresentamos de seguida a decomposição da estrutura das empresas participadas pela entidade em 31-12-2018:

2018										
	% participação	Sede	Ano	Total ativo	Total passivo	Capital próprio	Rendimentos	Gastos	IRC	Resultados
CBK Açores Corret. Seguros, Lda	48,00%	Ponta Delgada	2018	1 075 249,66	885 870,31	189 379,35	481 333,38	(322 472,63)	(29 481,40)	129 379,35

	% participação	Valor aquisição	Equivalência Patrimonial Inicial	Equivalência Patrimonial Exercício	Ajustamentos	Distribuição Dividendos	Equivalência Patrimonial Acumulada	Valor participação
CBK Açores Corret. Seguros, Lda	48,00%	62 466,47	58 002,29	62 102,09	(8 171,82)	(83 496,94)	28 435,62	90 902,09
		62 466,47	58 002,29	62 102,09	(8 171,82)	(83 496,94)	28 435,62	90 902,09

Apresentamos de seguida a decomposição da estrutura das empresas participadas pela entidade em 31-12-2017, de acordo com as contas provisórias disponibilizadas para o cálculo do MEP:

2017										
	% participação	Sede	Ano	Total ativo	Total passivo	Capital próprio	Rendimentos	Gastos	IRC	Resultados
CBK Açores Corret. Seguros, Lda	48,00%	Ponta Delgada	2017	616 736,46	365 759,88	250 976,58	437 369,70	(223 535,38)	(39 894,65)	173 939,67

	% participação	Valor aquisição	Equivalência Patrimonial Inicial	Equivalência Patrimonial Exercício	Ajustamentos	Distribuição Dividendos	Equivalência Patrimonial Acumulada	Valor participação
CBK Açores Corret. Seguros, Lda	48,00%	62 466,47	-	58 002,29	-	-	58 002,29	120 468,76
		62 466,47	-	58 002,29	-	-	58 002,29	120 468,76

Das
Just.

CBK MADEIRA – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Esta seria a decomposição da estrutura das empresas participadas pela entidade em 31-12-2017, de acordo com as contas finais. A regularização foi efetuada em 2018:

	% participação	Sede	Ano	2017						
				Total ativo	Total passivo	Capital próprio	Rendimentos	Gastos	IRC	Resultados
CBK Açores Corret. Seguros, Lda	48,00%	Ponta Delgada	2017	582 997,44	349 045,48	233 951,96	438 319,70	(245 323,77)	(36 080,88)	156 915,05

Nesta rubrica, encontra-se registado o Fundo de Compensação do Trabalho em 31-12-2018 e 31-12-2017:

	2018	2017
Fundo de Compensação do Trabalho	370,07	143,09
	370,07	143,09

08 CLIENTES

Apresentamos de seguida a decomposição dos clientes em 31-12-2018:

	Quantia nominal	Valor líquido	Corrente
Cientes - Companhias			
Recibos	594 439,36	594 439,36	594 439,36
	594 439,36	594 439,36	594 439,36

Apresentamos de seguida a decomposição dos clientes em 31-12-2017:

	Quantia nominal	Valor líquido	Corrente
Cientes - Companhias			
Recibos	531 473,49	531 473,49	531 473,49
	531 473,49	531 473,49	531 473,49

09 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica estado e outros entes públicos em 31-12-2018 e 31-12-2017:

	2018	2017
Autoridade tributária	16 403,13	(37 039,08)
Segurança social	(10 673,71)	(8 274,96)
	5 729,42	(45 314,04)

Detalhando por imposto, temos:

Saldos devedores		
IRC – A recuperar	23 029,57	-
	23 029,57	-
Saldos credores		
Corrente		
IRC - A pagar	-	31 552,16
IRS - Retenção imposto s/ ren	6 626,44	5 486,92
Contribuição p/ Seg. Social	10 673,71	8 274,96
	17 300,15	45 314,04

10 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Apresentamos de seguida a decomposição dos outros créditos a receber em 31-12-2018 e 31-12-2017:

	2018	2017
Fornecedores - Companhias	13 826,60	10 804,87
Acionistas/Sócios		
CBK Holding	315 000,00	315 000,00
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Comissões de Seguros	52 104,19	61 284,51
Outros devedores		
Segurados	800,00	34 929,23
Companhias	592,70	1 627,25
Outros	42 408,38	33 274,29
	424 731,87	456 920,15

11 DIFERIMENTOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos diferimentos ativos em 31-12-2018 e 31-12-2017:

	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	4 367,36	6 943,74
Rendas	1 471,82	1 047,10
	5 839,18	7 990,84

12 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31-12-2018 e 31-12-2017 detalha-se conforme se segue:

	2018	2017
Caixa	400,00	400,00
Depósitos à ordem	132 727,67	425 520,91
	133 127,67	425 920,91

13 CAPITAL PRÓPRIO

Apresentamos de seguida a decomposição do capital próprio em 31-12-2018 e 31-12-2017:

	2018	2017
Capital subscrito	100 000,00	100 000,00
Reservas legais	29 281,87	29 275,34
Outras reservas	76 266,89	76 266,89
Subtotal	205 548,76	205 542,23
Resultado líquido do período	36 321,55	173 926,53
Total	241 870,31	379 468,76

Reservas Legais

De acordo com a legislação comercial em vigor (artigo 295º CSC), pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço das reservas legais até que esta represente 20% do capital. O valor das reservas legais é de 29 281,87 euros, verificando-se assim o cumprimento do disposto anterior.

De referir que na ata n.º 370, da Assembleia Geral, foi aprovado que o resultado líquido de 2017, no montante de 173 926,53 euros fosse distribuído pelos acionistas o montante de 173.920,00 euros como dividendos e o remanescente de 6,53 euros fosse transferido para reservas legais.

O capital social da Empresa encontra-se integralmente realizado e é constituído por 100.000 ações ao valor unitário nominal de 1 euro. Em 2018 apresenta a seguinte decomposição.

Designação	No início do Período		No final do Período	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
VB SGPS, SA	25%	25 000,00	25%	25 000,00
CBK Holding SGPS, SA	75%	75 000,00	75%	75 000,00
	100%	100 000,00	100%	100 000,00

14 FORNECEDORES

Apresentamos de seguida a decomposição dos fornecedores em 31-12-2018 e 31-12-2017:

	2018	2017
Fornecedores - Companhia		
Recibos	596 351,27	532 039,16
Fornecedores - Gerais	13 754,36	2 594,22
	610 105,63	534 633,38

15 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos financiamentos obtidos em 31-12-2018 e 31-12-2017:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
MG 040-36.100382-1	31 033,77	27 634,99	58 668,76	31 033,81	58 668,72	89 702,53
MG 040-36.100384-7	23 432,67	50 243,41	73 676,08	23 432,67	73 676,08	97 108,75
BANKINTER 86003079592	72 100,97	455 798,06	527 899,03	-	300 000,00	300 000,00
Locações financeiras	-	-	-	8 051,92	-	8 051,92
	126 567,41	533 676,46	660 243,87	62 518,40	432 344,80	494 863,20

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos bancários				
MG 040-36.100382-1	31 033,77	27 634,99	-	58 668,76
MG 040-36.100384-7	23 432,67	50 243,41	-	73 676,08
BANKINTER 86003079592	72 100,97	360 504,85	95 293,21	527 899,03
	126 567,41	438 383,25	95 293,21	660 243,87

16 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Apresentamos de seguida a decomposição dos outros passivos correntes em 31-12-2018 e 31-12-2017:

	2018	2017
Cientes - Companhia	14 681,40	10 942,00
Adiantamentos de clientes	2 836,33	2 507,22
Pessoal	-	3 702,23
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	41 883,90	39 556,91
Outros acréscimos de gastos	8 957,20	15 276,20
Outros credores		
Segurados	6 433,47	-
Companhias	42 162,82	184 667,29
Outros	96 748,76	358 990,00
	213 703,88	615 641,85

17 RÉDITO

O rédito reconhecido pela entidade em 31-12-2018 e em 31-12-2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
	Valor nominal	Valor nominal
Prestação de serviços		
Comissões de Seguros	588 763,12	592 872,10
Comissões adicionais	59 814,05	74 000,14
Outras Comissões de Seguros	12 918,18	10 294,99
Outros Telefericos	13 794,00	9 490,82
	675 289,35	686 658,05

Na atividade de mediação de seguros, os rendimentos baseiam-se essencialmente em comissões sobre prémios de seguros, deduzidos de eventuais estornos. A emissão de um recibo não significa por si só a concretização da comissão, efetivando-se no momento da prestação de contas à companhia. Neste momento o montante da comissão pode ser apurado com fiabilidade e existe a garantia de que vão ocorrer benefícios económicos futuros associados à transação.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Diário
12/12/18
[Assinatura]

18 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

Subsídios à exploração		
	2018	2017
Estágio Profissional	-	5 640,63
	-	5 640,63

19 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os registos em fornecimentos e serviços externos ocorreram conforme segue:

		2018	2017
6251	Deslocações e estadas	92 118,68	74 862,98
6221	Trabalhos especializados	30 905,95	38 784,88
6261	Rendas e alugueres	24 704,45	21 057,07
6262	Comunicação	9 530,79	8 823,26
6224	Honorários	6 412,29	4 903,57
6266	Despesas de representação	1 050,00	4 555,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	3 010,77	3 836,95
6263	Seguros	4 083,89	3 673,15
6233	Material de escritório	3 459,70	3 629,94
6242	Combustíveis	2 605,11	2 939,15
6241	Eletricidade	2 592,78	2 093,91
6226	Conservação e reparação	4 501,69	1 661,24
6268	Outros serviços	3 568,40	967,23
6222	Publicidade e propaganda	1 094,15	940,65
6225	Comissões	18 934,55	733,33
6243	Água	579,01	577,80
6265	Contencioso e notariado	117,19	536,28
6223	Vigilância e segurança	291,48	288,26
6234	Artigos de oferta	98,70	156,25
		209 659,58	175 020,90

A variação ocorrida na rubrica de Comissões, deve-se aos valores pagos à CBK Seguros de Crédito.

20 GASTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31-12-2018 foi de 8 (em 31-12-2017 também foram 9).

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	118 781,52	118 077,52
Remunerações do pessoal	106 895,73	96 885,56
Encargos sobre remunerações	51 981,12	49 818,32
Seguros de acidentes no trabalho e doenças pro	6 351,73	6 332,60
Gastos de ação social	5 798,51	5 701,42
Outros gastos com o pessoal	11 107,40	10 790,79
	300 916,01	287 606,21

21 IMPARIDADES DE ATIVOS

As perdas por imparidade de ativos são detalhadas conforme se segue:

	2018		2017	
	Aumentos	Valor líquido	Aumentos	Valor líquido
Cientes	14 017,10	14 017,10	22,00	22,00
	14 017,10	14 017,10	22,00	22,00

O aumento verificado na rubrica de Imparidades, deve-se à dívida do SESARAM.

22 OUTROS RENDIMENTOS

Os registos em outros rendimentos e ganhos ocorreram conforme segue:

	2018	2017
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas ...		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	62 102,09	58 002,29
Alienações	200,00	525,80
Outros rendimentos e ganhos		
Correções relativas a exercícios anteriores	1 656,00	5 373,10
Outros	1 726,79	13 669,51
	65 684,88	77 570,70

23 OUTROS GASTOS

Os registos em outros gastos e perdas ocorreram conforme segue:

	2018	2017
Imposto de selo s/ comissões	12 362,89	13 163,84
Outros impostos	3 413,92	3 947,46
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas ...		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	8 171,82	-
Correções relativas a exercícios anteriores	53 626,54	1 475,47
Quotizações	2 125,60	2 000,60
Outros gastos e perdas	6 060,73	121,72
	85 761,50	20 709,09

A variação na rubrica de Correções relativas a exercícios anteriores, refere-se à anulação das comissões adicionais de 2017.

24 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Os registos em depreciações e amortizações ocorreram conforme segue:

	2018	2017
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico	135,44	135,44
Equipamento de transporte	-	10 541,67
Equipamento administrativo	1 311,52	1 182,84
Outros ativos fixos tangíveis	3 196,11	2 411,42
	4 643,07	14 271,37
Investimentos Financeiros		
Goodwill	55 422,15	33 574,05
	55 422,15	33 574,05
	60 065,22	47 845,42

25 RENDIMENTOS E GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os registos em rendimentos e gastos de financiamento ocorreram conforme segue:

	2018	2017
Juros e rendimentos similares obtidos		
Depósitos bancários	132,88	319,20
Subtotal	132,88	319,20
Juros e gastos similares suportados		
De financiamentos obtidos	(13 694,06)	(8 001,22)
De leasing	(123,36)	(468,76)
Outros	(3 819,74)	(5 539,57)
Subtotal	(17 637,16)	(14 009,55)
Total	(17 504,28)	(13 690,35)

26 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade de “incluir do 4.º período anterior ao atual” poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em “incluir do 4.º período anterior ao atual”.

	2018	2017
Resultado antes de impostos	53 050,54	224 975,41
Acréscimos à matéria coletável		
Correções Exercícios Anteriores	3 505,68	1 475,47
Anulação Método Equiv. Patrimonial	8 171,82	-
Multas, coimas	710,41	-
Depreciações/amortizações	55 422,15	33 574,05
Dif. positiva entre as mais e menos valias fiscais	200,00	525,80
Outros acréscimos	350,32	121,72
Deduções à matéria coletável		
Anulação Método Equiv. Patrimonial	(62 102,09)	(58 002,29)
Mais-valia contabilística	(200,00)	(525,80)
Resultado tributável	59 108,83	202 144,36
Prejuízos fiscais dedutíveis	-	-
Coleta	59 108,83	202 144,36
Imposto efetivo	11 662,86	41 850,32
Derrama	295,54	1 010,72
Tributações Autónomas	4 770,59	8 187,84
Imposto corrente	16 728,99	51 048,88
Taxa média efetiva de imposto	31,53%	22,69%

27 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

28 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A empresa não apresenta dividas ao Estado ou à Segurança Social em situação de mora.

29 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU RESSEGURO (NORMA REGULAMENTAR Nº15/2009-R DE 30 DE DEZEMBRO DO INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL)

29.01 Informação respeitante à atividade de mediação de seguros ou de resseguros:

29.01.01. Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

O reconhecimento das comissões é efetuado conforme descrito na nota 16 deste anexo.

29.01.02. Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

	2018	2017
Numerário	675 289,35	686 658,05
	675 289,35	686 658,05

29.01.03. Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro por si intermediados desagregadas por ramo vida, fundos de pensões e conjunto dos ramos não vida, e por origem:

	Empresas de Seguros		Outros Mediadores	
	2018	2017	2018	2017
Não Vida	674 922,07	686 117,15	337,08	423,69
Vida	30,20	117,21	-	-
	674 952,27	686 234,36	337,08	423,69

29.01.04. Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira:

	Remunerações	
	2018	%
Seguradoras Unidas, S.A.	280 025,96	41,47%
	280 025,96	41,47%

Das

29.01.05. Valores das contas clientes no início e no final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros:

	2018		2017	
	Recibos	Estornos	Recibos	Estornos
Saldo Inicial	531 473,49	(10 942,00)	345 152,40	(10 751,31)
Emissões	6 353 060,79	(176 486,98)	6 104 844,56	(128 418,16)
Devoluções	(1 175 385,13)	62 274,24	(800 646,52)	20 288,99
Recebimentos/Pagamentos	(5 114 709,79)	110 473,34	(5 117 876,95)	107 938,48
	594 439,36	(14 681,40)	531 473,49	(10 942,00)

29.01.06. Contas a receber e a pagar desagregadas por origem:

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2018	2017	2018	2017
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários				
Prémios, estornos e indemnizações	594 439,36	531 473,49	595 942,92	532 039,16
Empresas de Seguros				
Prémios, estornos e indemnizações	14 681,40	10 942,00	13 360,35	10 397,75
Outros valores	2 836,33	2 507,22	13 696,61	2 187,22
	611 957,09	544 922,71	622 999,88	544 624,13

29.01.07. Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar agregados por:

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2018	2017	2018	2017
Fundos recebidos com vista a serem transferidos p/ as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	-	-	13 360,35	10 397,75
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos p/ as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	-	-	526 538,83	462 635,07
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	-	-	69 404,09	69 404,09
Outras quantias	611 957,09	544 922,71	13 696,61	2 187,22
	611 957,09	544 922,71	622 999,88	544 624,13

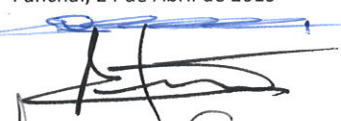
29.01.08. Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os fatores que o mediador de seguros ou resseguros considerou na determinação dessa imparidade

Contas a Receber	Até 60 dias	De 60 a 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Sem Imparidade	560 212,76	29 526,31	4 700,29	594 439,36
	560 212,76	29 526,31	4 700,29	594 439,36

29.01.09. Indicação das empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações auferidas pela sua carteira, com indicação das respetivas percentagens

	Remunerações 2018		
	Ramo Vida	Ramo Não vida	%
Seguradoras Unidas, S.A.	-	280 025,96	41,47%
Liberty Seguros, S.A.	-	78 501,92	11,63%
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	-	83 810,39	12,41%
Fidelidade - Companhia de seguros, S.A.	-	71 877,81	10,64%
Outras Seguradoras	30,20	46 288,68	6,85%
Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal	-	53 451,78	7,92%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	-	31 142,07	4,61%
Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	-	30 160,54	4,47%
	30,20	675 259,15	100,00%

Funchal, 24 de Abril de 2019


 Paulo José Guerreiro
 A Administração


 Helena Dias
 Contabilista Certificado



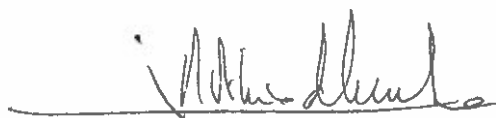
RELATÓRIO
DO
FISCAL ÚNICO

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas apresentadas pelo Conselho de Administração da **"CBK Madeira – Corretores de Seguros, S.A."**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. No ano anterior efetuámos a revisão das demonstrações financeiras e elaborámos, igualmente, o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.
3. Cumpre-nos informar que as demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com o normativo contabilístico consignado no sistema de normalização contabilística (SNC), aplicando as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).
4. Verificámos os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte.
5. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
6. Desenvolvemos trabalho relativo à conferência dos valores patrimoniais da empresa e através do método da amostragem constatámos que foram seguidas as principais políticas contabilísticas.
7. No decorrer do exercício analisámos a movimentação ocorrida nas rubricas do ativo não corrente e ativo corrente e consideramos corretos os respetivos registos contabilísticos.

8. Não foram constituídas quaisquer imparidades ou provisões pelo facto de os activos não estarem sujeitos a quaisquer contingências.
9. O relatório do Conselho de Administração menciona os factos administrativos mais significativos e complementa as contas do exercício.
10. Em nossa opinião, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, as demonstração dos fluxos de caixa e as respetivas notas anexas representam adequadamente o património social bem como os resultados referentes ao exercício de 2018.
11. Em resultado do desempenho das nossas funções e tomando em consideração a Certificação Legal das Contas, somos de opinião:
 - 1 - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentadas, referentes ao exercício de 2018;
 - 2 - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do período.

Lisboa, 29 de abril de 2019

O FISCAL ÚNICO



José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
"JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda."

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **“CBK Madeira – Corretores de Seguros, S.A.”** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.743.223 euros e um total de capital próprio de 241.870 euros, incluindo um resultado líquido de 36.321 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **“CBK Madeira – Corretores de Seguros, S.A.”** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, como um todo, estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,



acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

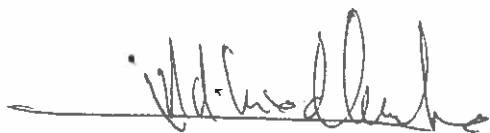
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de abril de 2019



José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

“JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.”